

Sarney quer garantir o regime da lei

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"A democracia é o regime da lei e não o regime dos homens", disse ontem o presidente José Sarney, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", depois de afirmar que, como presidente e como cidadão espera que a Assembleia Nacional Constituinte faça uma boa Constituição para o Brasil. "Que os constituintes se dediquem a essa tarefa", destacou, concluindo com mais um desejo: "Que ela seja uma fonte de estabilidade para ajudar a vencer os nossos problemas".

"A Constituinte foi convocada justamente para completar a restauração do estado de direito que, com

tanta dificuldade, nestes dois anos todos nós estamos construindo — governo e povo", enfatizou o presidente para seus ouvintes de todas as sextas-feiras, acrescentando que devemos confiar nos nossos constituintes, "em sua sabedoria e em seu espírito público".

Além da Constituinte, o presidente Sarney falou sobre a prioridade do governo para as questões sociais e informou que determinou, nesta semana, a elaboração de um programa destinado a enfrentar o problema das favelas e dos favelados de todo o Brasil. Segundo disse, as populações das favelas serão ouvidas na formação do programa e terão contatos com os técnicos para a busca de soluções que concilhem as suas

necessidades com as possibilidades de ação do governo.

A verdade, de acordo com o presidente, é que neste momento a área social do governo está sendo mobilizada para mais um programa de atendimento à faixa mais desprotegida da Nação, representada pelos 12 milhões de favelados, que envolve oito milhões de submoradias ou barracos nas grandes cidades. Essa população, segundo reconheceu Sarney, é uma parcela de 70 milhões de brasileiros que vive com menos de dois salários mínimos e certamente também pertence ao grupo dos 25 milhões de desnutridos que aparecem nas estatísticas consumindo menos do necessário para viver sem o espectro da fome.



No primeiro fim de semana depois da instalação da Constituinte, Congresso se esvazia

Almeida Monteiro

Constituição, "fonte de estabilidade"

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney no programa "Conversa ao pé do rádio":

"Brasileiras e brasileiros. Bom dia. Aqui mais uma vez vos fala o presidente José Sarney, nesta "Conversa ao pé do rádio" de todas as sextas-feiras. Ao começar quero reafirmar a nossa prioridade para os problemas sociais. E dizer que continuamos a dedicar tempo integral, como sempre dedicamos, aos problemas que se referem ao combate à pobreza, desde os primeiros dias do meu governo. Ao lado dos índices econômicos, de crescimento da inflação, da balança comercial, da dívida externa, tão citados, quero dizer que o presidente está sempre atento aos números que não costumam ser publicados. Porque eu acredito que, na realidade, o grave problema social não pode jamais sair das nossas preocupações. Eu acredito firmemente que só teremos estabilidade política e segurança econômica quando melhorarmos os níveis de vida do povo brasileiro, diminuindo a pobreza, a multidão da pobreza absoluta, que é ainda o maior grave dos nossos problemas. Por exemplo: neste momento, nós estamos mobilizando a área social do governo para mais um programa de atendimento à faixa mais desprotegida da Nação, representada pelos 12 milhões de favela-

dos, que envolve oito milhões de submoradias ou barracos nas grandes cidades. Essa população é uma parcela de 70 milhões de brasileiros que vivem com menos de dois salários mínimos. E, certamente, também pertence ao grupo dos 25 milhões de desnutridos e que aparecem nas estatísticas consumindo menos do necessário para viver sem o espectro da fome.

Devemos reconhecer que o Brasil já foi um país bem mais pobre e que nós fizemos grandes avanços neste rumo, no rumo do progresso. Mas nós precisamos avançar muito mais e a situação ainda é de muita preocupação. Nesta semana, determinei a elaboração de um programa destinado a enfrentar o problema das favelas, dos favelados de todo o Brasil. Vamos começar por ouvir as próprias populações das favelas e colocar os favelados e os técnicos em contato, para que as soluções concilhem as necessidades dos favelados com as possibilidades de ação do governo.

Agora, um outro assunto. Semana passada, eu entreguei o prêmio de ciência e tecnologia 'Almirante Álvaro Alberto'. É o maior prêmio desse setor no Brasil. Entreguei-o a dois cientistas brasileiros, Fernando Marques de Almeida e Adolar Piesqui, que se destacaram na pesquisa científica. É uma maneira de o governo prestigiar a inteligência e o saber e cada vez mais apoiar a comunidade científica, que aí está

trabalhando pelos avanços tecnológicos do Brasil.

Finalmente, quero dizer que a Assembleia Nacional Constituinte, como todo o Brasil sabe, está instalada. Domingo, comparei à instalação daquela Assembleia, que foi convocada por mim, cumprindo um compromisso assumido pela Aliança Democrática. Fiquei emocionado quando assisti àquela solenidade, uma vez que ali nós resgatávamos um grande compromisso que tinha sido assumido por todos nós, tendo à frente o nosso saudoso líder Tancredo Neves.

Mas, eu quero afirmar que, como presidente e, mais do que como presidente, como cidadão, eu espero que a Assembleia Nacional Constituinte faça uma boa Constituição para o Brasil. Que os constituintes se dediquem a essa tarefa. Que ela seja uma fonte de estabilidade para ajudar a vencer os nossos problemas. A Constituinte foi convocada justamente para completar a restauração do estado de direito que, com tanta dificuldade, nestes dois anos, todos nós estamos construindo — governo e povo. Nós devemos confiar nos nossos constituintes, em sua sabedoria e em seu espírito público. Porque nós sabemos que a democracia é o regime da lei e não o regime dos homens.

Aqui nós terminamos nossa "Conversa ao pé do Rádio" desta sexta-feira. Bom dia. Muito obrigado e até a próxima semana."

Constituintes já estão viajando

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Amílcar Moreira (PMDB-PA) confessou ontem no aeroporto de Brasília que estava viajando para seu Estado por desinteresse pelos trabalhos da Constituinte, e que se candidatou apenas para ganhar status e melhorar seus negócios. Outros parlamentares forneceram motivos diversos para suas viagens, que configuraram verdadeiro êxodo ao longo da semana mas, em especial, ontem, quando muitos deputados e senadores que resolveram marcar suas passagens na última hora não conseguiram lugar, sendo obrigados a entrar nas listas de espera.

A maioria dos constituintes só deverá retornar à Capital da República no início da próxima semana. Mas justificam a fuga de Brasília, logo nos primeiros dias da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, com compromissos políticos inadiáveis em seus Estados. O senador Divaldo Surragey (PMDB-AL) viajou, ontem, para Maceió, de onde deverá sair em visita a vários municípios. O deputado Expedito Gonçalves Júnior (PMDB-RO), tentou viajar ontem, com destino a Rollim de Moura, para visitar sua base política e buscar subsídios para suas propostas na Constituinte. Não conseguiu passagem e teve de ficar na lista de espera.

Além de compromissos políticos e visita às bases, alguns deputados justificaram sua saída de Brasília com motivos familiares. Este foi o caso de Jairo Carneiro, do PFL balaio, que embarcou com a sua mulher para Salvador.



Até desinteresse confesso é motivo da "revoada"

Julio Fernandes

INTERESSE

Para o deputado paraense Amílcar Moreira, a saída de Brasília não teve motivo político nem familiar. O deputado disse que o período atual de discussão do regimento interno da Constituinte não o interessava e que ele tinha negócios mais importantes para tratar, como a exportação de pimenta-do-reino em Belém do Pará, que o faziam regressar. O deputado, usando de muita franqueza, disse que se candidatou à Assembleia Nacional Constituinte para ter status; que sendo membro do Congresso Nacional teria melhores chances nos negócios; e que só voltaria a Brasília em março, quando iniciaria a luta pela população interiorana de seu Estado.

Segundo informação de um bal-

conista de uma companhia aérea (que não quis ser identificado) no dia seguinte à instalação solene da Constituinte muitos parlamentares já deixaram Brasília. E durante a semana, a visita de repórteres do Estado a gabinetes de deputados comprovou que muitos deles já haviam deixado a cidade. Maurício Campos, líder do PFL na Câmara, viajou no início da semana para Belo Horizonte. Os liberais José Jorge de Vasconcelos (PE), Rita Furtado e Raquel Cândido (RO) e Vitor Trovão (MA), deixaram Brasília esta semana.

Os peemedebistas José Guedes (RO), Domingos Leonelli Netto (BA), Carlos Cotta e Roberto Vital Ferreira (MG), viajaram para seus Estados. E os petistas Luís Inácio Lula da Silva e José Genofino, embarcaram para São Paulo ontem à tarde.

Chiarelli adverte para limitações

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

A Assembleia Nacional Constituinte não tem poderes jurídicos para alterar a duração do mandato do presidente José Sarney, garantiu ontem, em Porto Alegre, o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli. "A Constituinte, por questões de organização do Estado e até para se evitar o processo anárquico e o caos, deve preservar e respeitar as situações juridicamente constituídas a priori que estejam em curso, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada em matérias judiciais."

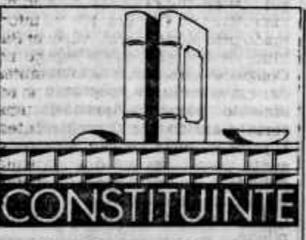
Em entrevista coletiva, o senador afirmou que, aceitando-se a tese de que a Constituinte pode reduzir o mandato do presidente, "teríamos de aceitar também que ela poderia cassar os mandatos dos prefeitos e dos vereadores, destituir os membros do Supremo Tribunal Federal, revogar as representações dos embaixadores brasileiros no Exterior, enfim, mudar situações que estão em plena vigência de mandato".

Chiarelli frisou que a Constituinte foi eleita para "estabelecer o novo a partir dela", e alterar a duração do atual mandato presidencial seria

"deturpá-lo, deformá-lo. Dando à Constituinte uma função cirúrgica que ela não tem". Para o líder do PFL, cabe aos constituintes fixar, exclusivamente, a duração do mandato dos futuros presidentes. Da mesma forma, disse que o regime de governo não pode ser modificado durante o mandato do atual presidente — o parlamentarismo, por exemplo, só poderia ser implantado a partir da sucessão de Sarney.

O senador gaúcho comentou que a tese da intocabilidade do mandato do presidente José Sarney é defendida não apenas no PFL, mas por constituintes de outros partidos. Em relação à duração do mandato dos futuros presidentes, Carlos Alberto Chiarelli considerou que, se for implantado o parlamentarismo, do qual é defensor, o mandato pode ser mantido em seis anos; se for preservado o presidencialismo, o ideal em sua opinião seria cinco anos.

Por outro lado, o líder do PFL no Senado observou que os constituintes, nas deliberações, usarão o seu direito individual de voto. "As bancadas jamais terão força impositiva; os partidos jamais serão elementos de obrigação de posicionamento" — declarou.



CONSTITUINTE

Lula admite alianças até com Delfim

O PT está aberto a alianças momentâneas na Constituinte com qualquer partido, até com o PDT de Brasília em uma possível campanha para a realização de eleições presidenciais. Foi o que disse ontem o deputado Luís Inácio da Silva, em entrevista ao "Programa da Cidade", da TV Brasília. Lula garantiu que os petistas não têm preconceitos, "e se o Delfim Netto, por exemplo, defender posições semelhantes às do PT, nós o apoiaremos, como podemos nos unir por circunstâncias ao PDS, ou com o próprio capeta, se isso nos interessar".

Vestido com elegância, de terno e gravata, Lula aproveitou para desafiar o presidente Sarney e os ministros Dilson Funaro e Almir Pazzianotto a saírem com ele e as respectivas mulheres por Brasília ou São Paulo "para fazer as compras e efetuar os pagamentos de um mês com o salário mínimo de Cr\$ 964,80".

A tese da eleição direta do sucessor do presidente Sarney 180 dias depois da promulgação da nova Constituição está ganhando corpo, segundo afirmou ontem o senador Rui Bacciar (PMDB-BA). Ele frisou que o País entrará em uma nova etapa, "quando se fará necessário um presidente eleito através do voto direto e secreto".

A convocação de eleições para presidente da República faz parte das articulações que vêm sendo mantidas pelos "xixis" do PMDB e outros partidos de esquerda. Ontem, os coordenadores do movimento promoveram reunião reservada no gabinete da liderança do PDT na Câmara e concluíram que "na quarta hora serão prioritariamente discutidos e votados os projetos de resolução constitucional considerados necessários à prevalência da Constituinte".

Em sua nova estratégia, os "xixis" decidiram aglutinar suas pressões em torno da proposta do deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), alegando que a de Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), por ter sido muito divulgada, criou polêmicas à sua aprovação. A emenda Ademir Andrade foi considerada mais "sutil e discreta", já que não dá expressamente que a Constituinte pode emendar a atual Constituição. Seu objetivo, no entanto, é alterar a Carta em vigor, ao tentar incluir no regimento um horário específico para a discussão e votação de "resoluções constitucionais".

Há informações de que Ulysses Guimarães teria-se comprometido com Maurílio Ferreira a colocar sua proposta em discussão durante os debates sobre o regimento interno, na próxima semana. Ao mesmo tempo, comentava-se no plenário que o presidente da Constituinte só abriria o debate das propostas após a aprovação do regimento. Daí o interesse do grupo considerado radical de dar prioridade à emenda Ademir de Andrade, que já incluiria no regimento a possibilidade de votação das "resoluções constitucionais".

Maciel receia desvio do essencial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, criticou ontem a aprovação do pequeno expediente do regimento provisório da Constituinte. Ele acha que esse pode ser um precedente para, daqui a algum tempo, a Assembleia Nacional estar cuidando de assuntos alheios à elaboração de nova Constituição, que deve ser seu único objetivo.

"Fico com receio", disse o ministro, "de que a Constituinte acabe virando uma imenso pinga-fogo com a possibilidade de os parlamentares se manifestarem sobre questões conjunturais". Se continuar nesse caminho, Marco Maciel acha que chegará a hora em que os parlamentares estarão até apresentando projetos de lei no horário do pequeno expediente.

Por tudo isso, justificou sua defesa veemente pela atuação do Senado e da Câmara, com prioridade para a Assembleia Nacional Constituinte.



Sergio Borges

Maciel teme que Constituinte não passe do pinga-fogo

Planalto pede respeito ao sigilo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, defendeu ontem a ideia de que deve haver "um certo recato", ou seja, sigilo, com relação a medidas governamentais que ainda estiverem em fase de discussão. Esse sigilo, contudo, "não significaria afastar a sociedade dos debates das medidas" — justificou Maciel, alegando "danos ao próprio País no caso de informação incorreta vazar para o público. O ministro frisou que o objetivo do governo não é esconder suas decisões, tanto que a Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal (Secaf) está realizando um encontro sobre informação oficial, reunindo funcionários do governo que atuam na área de imprensa.

Maciel negou que tenha sido ele quem proibiu funcionários federais de fornecer informações à imprensa como fontes, sem se identificar oficialmente. Lamentando que a imprensa tivesse divulgado essa informação — que, aliás, foi dada por uma

"fonte" —, o ministro disse que o governo federal quer apenas que as informações cheguem aos jornalistas na forma correta, sem distorções. Maciel assegurou que os repórteres credenciados na Presidência da República vão sentir os efeitos do encontro promovido pela Secaf. "Quem viver verá" — garantiu.

Já ontem, no entanto, o próprio secretário da Secaf, jornalista Getúlio Bittencourt, não quis negar nem confirmar a denúncia do Estado de que é ele o autor do veto às "fontes" do governo. Getúlio diz que não é seu dever falar para "o público externo" — função que seria somente do porta-voz da Presidência, Antônio Frota Neto —, mas sim ao "público interno", como se teria decidido quando foi convidado para o cargo pelo presidente Sarney. O secretário afirmou ainda não saber as razões das críticas feitas a ele no artigo de Carlos Chagas, na edição de anteontem do Estado.

ARQUIVOS FECHADOS

Não só o ministro-chefe do Gabinete Civil está preocupado com o sigilo de informações "inacabadas". O

ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, defendeu ontem, exatamente no encontro da Secaf, o sigilo sobre medidas não completamente definidas. "A imprensa quer saber das coisas antes de elas serem decididas, e muitas vezes isso atrapalha" — declarou o general à saída de sua palestra.

Os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto não tiveram acesso ao ciclo promovido pela Secaf, mas um dos participantes, valendo-se do sigilo da fonte, contou que o general Ivan descartou qualquer possibilidade de o SNI abrir seus arquivos de fichas pessoais, argumentando que eles não fariam a lei. "Não dá para conceber isso" — teria dito o general, aplicando a mesma frase para a hipótese de extinção das divisões de segurança e informação que atuam nos ministérios.

O porta-voz da Presidência, Frota Neto, informou depois da palestra do chefe do SNI que o general Ivan garantiu ter um compromisso com a verdade, embora a imprensa e o órgão de informações tenham objetivos diferentes.

Brossard lembra risco de vazio

A atual Constituinte não pode modificar a Carta de 67 com os votos da maioria absoluta, conforme estão defendendo alguns novos membros da Assembleia, sob o risco de se criar um vazio constitucional. Esse ponto de vista vem sendo defendido pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que ressalta a necessidade de que a Constituição em vigor seja respeitada até que a nova seja promulgada. Dessa forma, a Constituição elaborada em 67 prevê que as modificações no texto constitucional só possam ser feitas mediante a aprovação de 2/3 de deputados e senadores e não por maioria absoluta, ou seja, por 59% mais um do total de constituintes.

O ministro Brossard tem sido muito cauteloso em fazer comentários sobre o funcionamento da Constituinte, evitando, assim, acusações de interferência do Executivo nos trabalhos constitucionais. Ele tem ressaltado, no entanto, que "a lei deve ser cumprida".

Ausentes poderão ser "presentes"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A secretaria da Mesa da Câmara estuda uma maneira de suprimir a expressão "ausentes", proferida pelo presidente em exercício da Constituinte, ministro Moreira Alves, quando anunciou o resultado da votação do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Assembleia. Os ausentes poderão ser considerados presentes.

A votação foi secreta, mas o ministro Moreira Alves, ao proclamar os resultados, comunicou que 34 constituintes estavam ausentes. Na realidade, ele deveria ter dito que este número de parlamentares havia deixado de votar, pois a votação era secreta e não se pode, nessas condições, identificar quem estava presente e não se manifestou, e os que se encontravam efetivamente ausentes.

O fato de o presidente do STF ter proclamado as ausências acabou criando um problema para a secretaria da Mesa, pois muitos jornalistas procuraram obter os nomes dos ausentes. Preocupados, os funcionários encarregados informaram que ainda não haviam completado a lista da votação, realizada segunda-feira à noite.

Ao que se informou, no entanto, quando a sessão for publicada no Diário da Constituinte, todos os seus integrantes serão dados como presentes, registrando-se apenas suas abstenções.

O senador paulista Mário Covas não concorda com a denúncia de esvaziamento da Assembleia Constituinte, que vem sendo feita. Ontem, ele ponderou que o fato de ser pouca a presença no plenário, não representava desinteresse pelos trabalhos, mas decorria da matéria que estava sendo discutida, que era a redação final das normas preliminares para o funcionamento da Assembleia.

Mário Covas previu que será grande o comparecimento durante os trabalhos da Constituinte, que só começará efetivamente quando forem designadas as comissões. Conforme o senador por São Paulo, o fato de ter sido abandonada a ideia de uma grande comissão, adotando-se a tese da instalação de vários desses órgãos, com a participação de todos os constituintes, elimina o problema do esvaziamento pelo desinteresse.